



**Organização Política de Mulheres:
Uma experiência formativa no Assentamento Zumbi dos Palmares,
Campos dos Goytacazes, RJ**

***Women's Political Organization:
A formative experience in the Zumbi dos Palmares Settlement, Campos
dos Goytacazes, RJ***

Viviane Ramiro da Silva Martins

<https://orcid.org/0000-0002-4916-2727>

Doutoranda em Políticas Sociais, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi-UENF)

<https://lattes.cnpq.br/6391888246364190>

vivianeraamiro@gmail.com

Paulo Marcelo de Souza

<https://orcid.org/0000-0002-5788-915X>

Doutor em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa

Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

<http://lattes.cnpq.br/2759766880484509>

pmsouza@uenf.br

Resumo

Nos últimos anos, as mulheres camponesas ganharam visibilidade política no cenário nacional. No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a participação delas, tanto nas instâncias dessa organização, quanto nos espaços de decisão dos acampamentos e assentamentos rurais, dá-se com o apoio de mediadores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Neste trabalho, enfocamos a configuração do Coletivo Regina Pinho no assentamento Zumbi dos Palmares, no município de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de ressaltar os sentidos dessa experiência. Este estudo se baseia na análise documental no contexto da metodologia qualitativa. Ademais, após revisão de literatura, foram analisados documentos inerentes à problemática deste estudo. Para tanto, enfocamos o percurso formativo desse Coletivo no período de 2009 a 2016. Os dados analisados contribuem com reflexões sobre as iniciativas organizativas das mulheres no Zumbi dos Palmares e suas implicações para o debate sobre gênero e feminismos. Assim, evidenciamos essa experiência organizativa como uma ferramenta política de mulheres assentadas nesse território.

Palavras-chaves: Assentamento Rural; Política de Gênero; MST.

Women's Political Organization: A formative experience in the Zumbi dos Palmares Settlement, Campos dos Goytacazes, RJ

Abstract

In recent years, peasant women have gained political visibility on the national scene. In the Landless Rural Workers' Movement (MST), their participation, both in the Movement's bodies and in decision-making spaces in the camps and rural settlements, is supported by mediators such as the Pastoral Land Commission (CPT). In this paper, we focus on the configuration of the Regina Pinho Collective in the Zumbi dos Palmares settlement, in the municipality of Campos dos Goytacazes, in the interior of the state of Rio de Janeiro, with the aim of understanding the meanings acquired by this experience. This study is based on documentary analysis in the context of qualitative methodology. In addition, after reviewing the literature, documents inherent to the problem focused on in this work were analyzed. To this end, we focused on the formative journey of this Collective from 2009 to 2016. The data analyzed contributes to reflections on women's organizational initiatives in Zumbi dos Palmares and their implications for the gender/feminist debate. In this way, we highlight this group's formative journey as a political tool for women settled in this territory.

Keywords: Women's Organization; Gender Politics; MST.



1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a década de 1980 do século XX tem sido apontada como marco da participação das mulheres rurais em “espaços da política” (Deere, 2004), pois é nesse contexto que surgem diversas organizações de trabalhadoras rurais, a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), em diversas regiões do país (Bardolo, 2011). Posteriormente, o protagonismo político delas, em movimentos populares, frente à hegemonia do agronegócio, colocou em curso agendas de mobilizações nacionais, como a Marcha das Margaridas¹, que deram visibilidade política a pautas relacionadas ao reconhecimento do trabalho das mulheres rurais. Dada a necessidade de enfrentamento às desigualdades de gênero no meio rural e dos direitos dos povos do campo de produzirem em seus territórios, de forma sustentável (Siliprand, 2015; Pereira, 2017).

Nas últimas décadas, os estudos de gênero influenciaram a produção de pesquisas referentes a problemáticas sobre o direito à posse da terra pelas mulheres, a divisão do trabalho no campo (Deere, 2004; Paulilo, 1987). Essas pesquisas chamam atenção para as particularidades das formas de funcionamento dos mecanismos de dominação política fundada em marcadores sociais de classe e gênero (Medeiros; Neves, 2013).

Outro enfoque analítico diz respeito ao engajamento em instâncias políticas nos movimentos camponeses e/ou em instâncias de decisão nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária (Gonçalves, 2009). Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008) discutem aspectos das relações de gênero no âmbito dos assentamentos rurais para ressaltar a atuação política de lideranças femininas na luta pela terra.

As mulheres mobilizadas pelo MST que chegam aos acampamentos e aos assentamentos com uma experiência de militância geralmente atuam em trabalho de organização de grupos [e estabelecem] redes com outros espaços de militância. Já as mulheres não engajadas em espaços de militância abrem-se a possibilidade de investimentos na militância, em um contexto de rompimento com a antiga condição de vida, e de proeminência de organização do cotidiano em função de necessidades coletivas existentes no acampamento. (Brumer; Anjos, 2008, p. 225).

¹ A marcha é organizada pela Contag, em Brasília, DF, para lembrar o assassinato da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, quando lutava pelos direitos dos trabalhadores rurais na Paraíba. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br>. Acesso em: 1 maio 2023.



Nesse sentido, “o formato organizativo fomentado pelo MST permite a atuação de diferentes agentes externos junto às mulheres Sem-Terra e a contínua oferta por parte destes agentes de uma formação ligada às problemáticas de gênero” (Brumer; Anjos, 2008, p. 224). Contudo as ações dessas mulheres, por meio de coletivos sociais, em assentamentos rurais, ainda são pouco compreendidas, sobretudo no que diz respeito às ideias que orientam essas experiências. Neste artigo, interessa-nos compreender as configurações das ações do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares, no período de 2009 a 2016, quando esse grupo surge e se consolida como ferramenta política.

Em termos metodológicos, optou-se pela abordagem qualitativa. Esse enfoque envolve o estudo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes que os sujeitos possuem a respeito do que vivem e de si mesmo (Minayo, 2013). A revisão de literatura abrange a temática referente a organizações de mulheres em contextos rurais (Medeiros; Paulilo, 2013), especialmente na reforma agrária (Ferrante *et al.*, 2013; Bruno *et al.*, 2011).

A coleta de dados empíricos se deu a partir da pesquisa de campo com aplicação de questionário no formato Google Forms® e da realização de entrevistas, com mulheres que atuam no Coletivo Regina Pinho, no contexto da pesquisa de tese de doutorado intitulada “Organização de Mulheres Negras no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes – RJ”, desenvolvida pela autora deste artigo, durante o segundo semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020.

Também foram utilizadas fontes documentais produzidas pelo Coletivo Regina Pinho e do MST, além de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim, trata-se de refletir sobre as ideias que têm orientado as ações dessas mulheres e suas implicações para os estudos de gênero e feminismo. Para tanto, buscou-se qualificar o estudo documental e de revisão bibliográfica com dados da pesquisa de campo, como forma de aprofundamento da análise proposta neste estudo (Nobrega-Therrien, 2004).

Nesse sentido, lançamos mão de narrativas de mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho para ressaltar os sentidos que elas atribuem às suas vivências coletivas. Assim, o uso dessa ferramenta metodológica permite fazer “emergir não apenas a história da dominação, mas também papéis informais, improvisações e resistências.” (Dias, 1994, p. 374). Partimos do pressuposto de que o processo formativo desse grupo tem, como princípio básico, a solidariedade política entre as mulheres



assentadas, contudo esse percurso não se faz sem conflitos, dada a lógica que orienta as políticas de desenvolvimento dos assentamentos rurais, capturados por um padrão produtivo e organizativo que reproduz formas de dominação, como o sexismo e o racismo, que impactam sobremaneira na vida delas.

O texto está organizado da seguinte forma: além dessa parte introdutória, apresentamos o contexto da luta pela terra, do qual emerge o Coletivo Regina Pinho, assim como o perfil das integrantes desse grupo, procurando evidenciar a configuração singular de um grupo de mulheres no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro. Ademais, mapeamos as principais ações desse grupo no período de 2009 a 2016, visando identificar a estratégia política desse grupo e suas implicações. Por fim, discutimos as proposições políticas desse grupo tendo em vista compreender os sentidos dessa experiência e suas contribuições políticas para o debate de gênero e feminismo.

2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

O assentamento Zumbi dos Palmares é considerado uma das principais conquistas do MST nessa região. Nesse território², vivem 506 famílias assentadas, com trabalhadores das mais diversas ocupações e origens, rurais e urbanas³. No Zumbi, segundo Lewin (2005), o processo de ampliação da consciência política das mulheres teria sido impulsionado nos debates dos sindicatos rurais e nos movimentos sociais, porém o engajamento político nas instâncias de poder, seja nos assentamentos ou do Movimento⁴, ocorria de forma mais efetiva durante as ocupações, quando se reivindica o direito à posse da terra. Nesse sentido, após a criação dos assentamentos, ocorre um refluxo do processo de mobilização das famílias, principalmente das mulheres. Manhães e Pedlowski (2002) destacam o “perfil específico de mulheres separadas, viúvas [...] em ascensão política e econômica dentro do

² Esse território engloba parte da área de dois municípios: Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. Uma extensão de terras pertencentes ao complexo de fazendas da antiga Usina São João, desapropriada em 1997.

³ São ex-trabalhadora(e)s da usina e moradora (e)s de diferentes bairros e favelas da Região de Campos, assim como de outras regiões do estado do Rio de Janeiro mobilizados pelo MST, além de membros de sindicatos da(o)s trabalhadora(e)s rurais de São Francisco de Itabapoana.

⁴ O MST possui uma estrutura política com funções diretivas de âmbito nacional e estaduais. Essas instâncias são constituídas por representações regionais, conformando os denominados de brigadas ou setores, como os de saúde, educação e gênero.



assentamento, construindo seu papel como agricultoras e trabalhadoras rurais, apesar das dificuldades e dos preconceitos enfrentados [...]” em seus cotidianos (Manhães; Pedlowiski, 2002, p. 565). Essa pesquisa evidencia que a trajetória política dessas mulheres é afetada por mecanismos de controle social baseado em lógicas opressoras e hierárquicas, como o sexismo. Ressaltamos que esse estudo considerou apenas as instâncias formais do Zumbi, como as associações e cooperativas. Com isso, invisibilizou outros formatos coletivos criados e gestados pelas assentadas, como os denominados coletivos de saúde, educação e de produção. São ferramentas pedagógicas que possibilitam a formação e mobilização política delas em torno de pautas específicas e funcionam como canais de diálogo delas com as instâncias do MST e outras organizações que atuam nesse território.

Esses coletivos são compostos, em sua maioria, por mulheres que se autodeclararam negras, com idade entre 25 e 69 anos, e que possuíam baixa escolaridade e estavam inseridas em ocupações precarizadas. Das quais, a maioria delas eram beneficiárias do Bolsa Família (Estruturar, 2008). Elas são *avós, mães, esposas, tias, filhas, sobrinhas, netas, e noras* — grupo que costuma ser desconsiderado no debate e na implementação das ações governamentais desenvolvidas nesse assentamento.

Em 2009, algumas lideranças⁵ formadas por meio desses espaços passaram a mobilizar mulheres no Zumbi em torno da construção de um projeto coletivo e buscaram criar mecanismos de geração de renda para famílias assentadas. Inicialmente, esse processo não se consolidou devido a conflitos internos, em relação ao caminho a ser seguido por elas. Posteriormente, esse processo de mobilização foi retomado com o apoio de duas técnicas ligadas ao setor de produção do MST. Esse diálogo se deu no sentido de “[...] debater e buscar possibilidades de acesso a políticas públicas que contribuam com a organização das mulheres, a produção de alimentos saudáveis e diversificados, garantir a segurança e soberania alimentar, melhorar a qualidade de vida dos assentados [...]” (Coletivo Regina Pinho, 2014). Nesse processo, elas forjaram uma identidade coletiva, o denominado Coletivo Regina Pinho. Esse nome foi uma forma de homenagear a agricultora Regina dos Santos Pinho, de 56 anos, assassinada em sua casa, no Zumbi dos Palmares, em fevereiro de 2012. No quadro

⁵ Entre as quais estavam uma jovem assentada, que atuava como educadora no programa de alfabetização de jovens e adultos do Mova Brasil, uma liderança alinhada ao setor de produção do MST, e uma agente ligada à Pastoral da Terra (Martins, 2015).



abaixo, destacamos as principais ações realizadas por esse grupo no período delimitado neste artigo (Quadro 1).

Quadro 1 – Ações do Coletivo Regina Pinho, 2009 a 2017

Período	Atividades Realizadas	Atores sociais envolvidos
2009	Reunião de lideranças comunitárias	Copercamp, CPT
2010	Feira Agroecológica	CPT, IFF, MST,
2011	Encontro de Mulheres	Cooperar, CPT
2013	Reuniões do grupo de Mulheres	CPT
2014	I Encontro de Mulheres Assentadas NF	CPT, MST
2015	Oficina sobre violência gênero	Coletivo Bárbaras UFF
2016	Intercâmbio com grupos produtivos de mulheres	Cedro, MST, UFRJ

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

No período analisado, o número de participantes desse grupo variou entre oito e doze mulheres, sendo que os encontros de amplitude regional mobilizavam um quantitativo maior. Esse processo organizativo ganha força e se consolida a partir da construção de uma identidade coletiva referenciada na perspectiva de solidariedade política entre elas. Além das ações formativas, elas também estabelecem contatos com diversos atores sociais visando ampliar os canais para a comercialização de produtos agrícolas e artesanais de suas famílias. Na tabela abaixo, encontra-se o perfil social das mulheres que realizam o trabalho de formação e mobilização das mulheres no Zumbi (Quadro 2).

Quadro 2 – Perfil social das integrantes do Coletivo Regina Pinho

Identificação ⁶	Idade	Cor/Raça ⁷	Estado Civil	N. Filhos	Ocupação	Escolaridade
Margarida	24	Parda	Casada	2	Dona de casa/ Artesã	Ensino Fundamental Incompleto
Dandara	52	Morena	Separada	4	Agricultora	Ensino Fundamental Incompleto
Doroti	44	Branca	Divorciada	4	Agricultora/ Costureira	Ensino Médio Incompleto
Josefa	34	Negra	Casada	3	Auxiliar	Ensino Médio Incompleto

⁶ Os nomes utilizados são fictícios.

⁷ Categorias de autoidentificação utilizadas pelas integrantes desse grupo.



					Serviços Gerais	
Diolinda	32	Negra	Separada	3	Dona de Casa	Ensino Fundamental Incompleto
Neinha	65	Negra	Casada	6	Aposentada	Não-escolarizada

Fonte: Martins (2015).

Conforme dados apresentados acima, é possível afirmar que elas se identificam como mulheres negras⁸. A maior parte delas era casada, com filhos e tinham baixa escolaridade. Em termos ocupacionais, elas ocupavam postos de trabalhos precarizados, sobretudo pela sua sazonalidade e/ou informalidade, sendo que grande parte delas recebiam benefícios sociais, como o Bolsa Família⁹. Com isso, elas são ainda mais sobrecarregadas e responsabilizadas por sua condição, já que as políticas agrícolas e agrárias além de invisibilizar o trabalho de cuidado, costumam desconsiderar a contribuição do trabalho delas para a segurança alimentar de suas famílias, através da produção para o consumo (IBGE, 2017) e na construção de redes de proteção comunitárias que permitem que seus territórios se mantenham vivos (Silva, 2012).

Essa situação de vulnerabilidade acaba por intensificar e as obrigam a sair de seus territórios para buscar alternativas de renda. Devido às dificuldades de acesso às políticas públicas, elas enfrentam muitos entraves para participarem de forma efetiva da gestão dos lotes familiares. Ademais, a pequena parcela de mulheres que detêm o título da terra no Zumbi sofrem constantes assédios para vender seus lotes de terras e saírem do assentamento. Sendo assim, o fazer político desse grupo aponta para os desafios para a garantia dos direitos de cidadania das mulheres trabalhadoras rurais. Na próxima seção, identificamos os sentidos percorridos por esse grupo para ressaltar os pressupostos da política de gênero e/ou feminista que conformam essa experiência.

3. O COLETIVO REGINA PINHO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

⁸ Cerca de 15 milhões de mulheres viviam em áreas rurais, mais de 56% delas se declararam como pardas, pretas e indígenas (IBGE, 2017).

⁹ Segundo dados do INCRA, 40,82% das famílias assentados viviam em situação de vulnerabilidade econômica. Sobre o assunto, ver: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index/php>.



O Coletivo Regina Pinho mobiliza uma rede de atores sociais, que lhes possibilita desenvolver um conjunto de ações e projetos colaborativos. Assim, o Coletivo é um espaço para “reunir a mulherada”. Possibilita uma vivência coletiva que “permite sair da rotina”, “se descontraí!” Uma ferramenta de “aprendizado” que envolve o saber falar/ouvir de memórias doloridas de lutas, de partilhas e de afetos. Nessa cumplicidade, elas defendem a política do “Bem Viver”, pois suas ações se baseiam em redes de proteção visando melhores condições de vida em seus territórios (Martins, 2022, p. 40).

Entre as integrantes desse grupo, estão aquelas que trabalham a maior parte do tempo no assentamento ou que não trabalham fora do assentamento. Nesse grupo, elas realizam uma diversidade de atividades produtivas, como artesanato e alimentos processados ou *in natura*, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 3 – Produção comercializada pelo Coletivo

Produtos vegetais	Produto animal	Produtos processados	Produtos não agrícola
Plantas medicinais e aromáticas	Galinhas, porcos, perus	Bolos, pães, biscoitos, tapioca	Camisas, bolsas, carteiras, etc.
Hortaliças e leguminosas	Ovos	Polpa de frutas, geleias e doces	Biojoias; brincos, colares, etc.
Frutíferas	Leite	Produtos fitoterápicos	Crochês

Fonte: (Martins, 2015).

Os grupos produtivos de mulheres se inserem em uma conjuntura de incentivo à organização e à implementação de programas voltados para as mulheres e de políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e de populações tradicionais do campo (Bruno *et al.*, 2011). Um contexto de valorização do papel das mulheres na agricultura familiar, no qual as ações governamentais, mediante à ideia da inclusão produtiva¹⁰, passam a estimular o empreendedorismo individual ou coletivo, mas a estrutura político-organizativa do Zumbi, não tem garantido que as mulheres participem da gestão nos lotes familiares e/ou interfiram de forma qualificada na implementação dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

¹⁰ Sobre o assunto, ver o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003), o Programa de Organização Política Públicas para Mulheres Rurais (POPMPR, 2008) e o Programa Brasil Sem Miséria (2011).



Ademais, esses programas costumam sofrer descontinuidade. Os conflitos políticos internos geram tensões que fragilizam os mecanismos de decisão criados no assentamento, pois acabam por desmobilizar e criar um clima de desconfiança, dado o caráter não universal e muitas vezes excludentes dessas políticas (Diniz; Clemente, 2021). Em razão disso, parte das entrevistadas avaliam que esses mecanismos políticos não atendem as demandas das mulheres. De outro lado, Josefa posicionou-se de forma distinta ao afirmar que são as mulheres que não têm interesse dos espaços de deliberação política no assentamento. Doroti sinaliza que “falta apreender a trabalhar no coletivo”, percepção que aponta para os desafios da participação política das mulheres no Zumbi.

Outro aspecto, sinalizado por Dandara, diz respeito ao fato de que a maior parte das mulheres assentadas “não conhecem” ou não têm acesso a informações que lhes possibilitem o acesso às políticas agrícolas e agrárias, inclusive os programas com enfoque de gênero (Google Forms®, 2020). Brughnara *et al.* (2011) ressalta que essas são dificuldades que não se limitam às políticas com enfoque de gênero. Nos assentamentos, a maior parte delas não tem informação sobre políticas públicas, como o Pronaf/Mulher, além disso outro fator limitante é a inadimplência¹¹ dos maridos, que impossibilita o acesso dos demais membros da família, mulheres e jovens a esse tipo de programa.

A baixa participação das mulheres assentadas nas atividades proposta pelo Coletivo costuma ser explicado pela falta de legitimidade desse grupo dentro do assentamento. No dizer de Margarida, quando agentes ligados a organizações como a Pastoral da Terra ou órgãos governamentais, como a Emater, convocam para uma reunião ou outro tipo de atividade a adesão costuma ser muito maior. Apesar disso, elas não reportaram nenhum tipo de conflito com essas entidades. De fato, elas costumam estabelecer parcerias para a realização de agendas comuns com essas organizações. Ainda assim, Margarida demonstrou certa insatisfação pelo fato de depender do apoio financeiro dessas organizações.

¹¹ Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), cerca de 40% de famílias agricultoras (1 milhão de famílias beneficiadas) não conseguiram acessar o Pronaf em 2014, porque esbarravam na burocracia dos agentes financeiros. Sobre o assunto, ver página da Cooperativa Tritícola de Espumoso Ltda. (Cotriel). Disponível em: <https://www.cotriel.com.br/Noticia/endividamento-impede-40-dos-agricultores-familiares-de-acessarem-o-pronaf>. Acesso em: 6 jan. 2022.



Ela também sinaliza para os entraves de elas assumirem papéis de liderança dada a sobrecarga delas com as tarefas domésticas e cuidados familiares. Por isso, apesar de avaliar como importante as instâncias de participação no Zumbi, Josefa relatou que tem dificuldades para acompanhar a agenda desses espaços. Ela “[...] *não pode participar sempre*” devido às demandas com a produção de farinha no lote de terra da sua família, além disso ela também trabalha em posto de saúde da localidade. Entre 2013 e 2015, doze mulheres participaram de forma mais assídua do trabalho organizativo de mulheres no Zumbi.

No que diz respeito ao retorno financeiro das atividades produtivas com intuito de geração de renda, Dandara explica: *inicia-se, é dado um pontapé; sempre tem alguém que tem mais vontade. [...] fase que se está como muito gás; só que até que o grupo alavanque, muitas desanimam!* Sobre o alcance dessa estratégia política, Josefa comenta que *“em parte, [atende as demandas delas] mas falta um apoio [governamental] mais robusto”*. De modo contrário, para Diolinda, essa estratégia *“não atende, porque a renda é pouca e as mulheres têm que sair para trabalhar fora”*. Enquanto Margarida afirma: *“ainda não, estamos lutando para isso”* (Google Forms®, 2020).

A composição social do Coletivo não é homogênea. Elas possuem trajetórias políticas singulares, pois a maior parte delas não participavam de espaços de decisão antes de se engajarem no Coletivo. Apenas duas das entrevistas afirmaram ter participado de mecanismos de participação, como sindicatos e cooperativas. Enquanto três delas atuavam em outros coletivos informais, como os de saúde e educação. O trabalho de organização e mobilização das mulheres através do Coletivo exige confiança mútua, disposição e investimento de tempo, numa experiência sob a qual os rumos são instáveis, mas a predominância de uma cultura individualista e machista costuma prejudicar a solidariedade política entre elas. Assim, a instabilidade constitutiva do processo organizativo das mulheres se expressa no:

fluxo de entradas e saídas de mulheres nos grupos em razão de problemas de “escoamento da produção, de acesso a mercados, necessidade de equipamentos adequados a produção, dificuldades de acesso a crédito e recursos e qualificação condizentes com a produção/mercado, assim como o insuficiente retorno financeiro desestimula a participação das integrantes [somada] a pressão de seus maridos para que permaneçam em suas casas cuidando da família. (Bruno *et al.*, 2013, p. 227).

Assim, essas experiências não implicam necessariamente mudanças efetivas nas relações familiares, pois as discriminações e visões patriarcais continuam orientando os papéis



desenvolvidos por homens e mulheres no cotidiano dos assentamentos rurais, inclusive nos movimentos sociais (Ferrante *et al.*, 2013). Por isso, a literatura tem lido as experiências políticas das mulheres camponesas “como estratégias de resistência à situação de subordinação que as mulheres vivenciam, enquanto mulheres, em relação ao poder masculino, seja no que se refere ao modelo produtivo dominante e à subalternidade a que, enquanto grupo social, é condenado o campesinato” (Medeiros; Paulilo, 2013, p. 188).

Desse debate, emergem posições divergentes sobre as saídas políticas para essa problemática, pois há projetos que as procuram dotar da racionalidade necessária à operação frente a mercados cada vez mais complexo e diferenciados (Bruno, 2013). Sendo assim, caberia a elas se adequar à lógica do mercado liberal, no qual a única saída seria a sua transformação em “empreendedora”, seja de forma individual ou coletiva, no mercado capitalista.

De modo distinto, o MST defende que a valorização das mulheres assentadas na produção de alimentos sadios se dá na luta contra o agronegócio (Boletim MST/RJ, 2011), ou seja, no sentido de construção de “[...] modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e democrático no campo.” (Coletivo Regina Pinho, 2015). A perspectiva política adotada por esse Movimento reflete a apropriação de debates produzidos pelos movimentos ambientalistas e feministas, que envolve temas como alimentação, saúde e ambiente. São experiências que expressam críticas à naturalização dos papéis de gênero e dos impactos ambientais, que limitam o engajamento delas em espaços de participação e geram condições de vulnerabilidade socioambiental em seus territórios (Siliprand, 2015).

Esse debate ganha reconhecimento na agenda pública, em diferentes níveis de atuação do estado, a partir da organização política e pressão dos movimentos sociais. A realização do I Seminário de Mulheres Assentadas do Norte-Fluminense¹² reflete o amadurecimento desse percurso organizativo, já que é nesse período que elas definem uma agenda política. Essa plataforma também inclui demandas, visando a melhorias dos serviços públicos nos assentamentos rurais, que foram apresentadas para representantes de órgãos da prefeitura de Campos, são elas: acesso a recursos hídricos e energéticos; fomento à inserção produtiva e ao escoamento da produção agrícola dos

¹² Com o apoio do projeto de pesquisa e extensão do curso de especialização em Agroecologia e Desenvolvimento de Assentados, coordenado pela MST e UFRRJ.



assentamentos; e promoção social das mulheres assentadas (Coletivo Regina Pinho, 2017). Assim, as ações desse Coletivo ganharam maior visibilidade política na região¹³, conforme figura abaixo.

Figura 1 – Coletivo Regina Pinho



Fonte: produzida pelos autores (2018).

O registro fotográfico refere-se à participação de representantes do Coletivo Regina Pinho em uma feira da agricultura familiar no centro da cidade Campos realizada como apoio do poder

¹³ Além do engajamento delas em redes, fóruns de discussão de políticas públicas, como o Fórum de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Comdim).

público municipal, em 2018, em razão de agenda de valorização da produção agrícola e artesanal na região. A participação em espaços de comercialização é uma das principais estratégias delas visando o escoamento da produção de alimentos do assentamento para os mercados locais, contudo o governo local não deu continuidade a essa parceria.

Além disso, as demandas desse grupo envolvem também questões estruturais para o desenvolvimento de seus territórios, o que exige a ação qualificada e intersetorial da gestão pública em nível municipal, estadual e federal, um dos maiores gargalos na gestão das políticas públicas, de modo que parte das demandas delas seguem sem ser atendidas. Por isso, para Margarida, as políticas públicas voltadas para as mulheres tendem a ser *pontuais, fragmentadas e burocratizadas* (Entrevista concedida à autora, 2019).

Outro aspecto crítico dessas políticas com enfoque produtivo é que elas ainda não enfrentaram a questão do trabalho de cuidado, seja ele remunerado ou não, fortemente marcado pela divisão racial e homossexual do trabalho (Passos; Nogueira, 2018), uma das pautas defendidas pelos movimentos de mulheres e/ou feministas. Entre as integrantes do Coletivo, algumas se identificam como parte do “movimento de mulheres” e/ou “movimento feminista” (Google Forms ®, 2020), mas esse reconhecimento não é consenso entre as mulheres assentadas devido à influência da igreja católica no processo organizativo das mulheres rurais e ao lugar marginal das demandas das mulheres camponesas na agenda feminista (Paulilo, 2016, Lazaretti, 2021).

A perspectiva político organizativa das mulheres trabalhadoras rurais¹⁴ reflete um *ethos* identitário e político com a terra e o território (Lazaretti, 2021) que refuta as correntes do feminismo liberal, pois defendem outro projeto de sociedade¹⁵. As mulheres indígenas¹⁶ estão construindo esse caminho tendo por base a ideia do “bem viver”. De acordo com essa visão de mundo, a economia deveria ser organizada a partir das necessidades da população e não com a finalidade acumular capitais. Em sintonia com essa cosmopercepção, vários grupos e entidades de mulheres negras

¹⁴ Dentre elas, as mulheres sem-terra, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, negras e da sua diversidade, suas histórias de lutas, da história do feminismo revolucionário e do marxismo (MST, 2017).

¹⁵ Carta de amor e luta das mulheres Sem Terra (2022). Disponível em: Carta aberta de amor e de luta das Mulheres Sem Terra - MST. Acesso em: 1 jun. 2022.

¹⁶ Marcha das Mulheres Indígenas (2019). Disponível em: Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final: “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida” | Cimi. Acesso em: 1 jun. 2023.



defendem o direito à vida, direito à humanidade, pelo direito de ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças durante a *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a violência e pelo bem viver como nova utopia*, em 2015.

[E chamaram a atenção para] a sabedoria milenar herdada de nossos ancestrais traduzida na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza, política e da cultura que estabelece sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). (Geledés, 2015).

Esse conjunto de feminismos tem, como centralidade, a experiência das amefricanas como proposto por Lélia Gonzalez, que historicamente inspiraram a criação de ferramentas contra as várias violências, como o patriarcado, racismo, classismo. Em sua diversidade, as mulheres ressignificam o feminismo de acordo com suas vivências cotidianas e estimulam a conquista de direitos coletivos. Um percurso que aponta para o desafio de pensar caminhos para superação das opressões e das desigualdades de gênero, raça e classe, entre outras formas de poder baseadas em hierarquias e discriminações sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coletivo Regina Pinho se constituiu como estratégia política visando à melhoria das condições de vida das famílias assentadas. Assim, esse formato organizativo se configura por meio de redes de grupos e organizações diversas que colocam em curso projetos coletivos visando gerar renda para as mulheres assentadas. Nesse processo, elas criaram espaços “para reunir a mulherada” forjando uma identidade coletiva em vista de fortalecer a solidariedade política entre elas, contudo os rumos desse movimento ainda estão por se fazer. Ademais, as disputas políticas existentes dificultam a gestão coletiva e a participação, em especial, de mulheres e jovens na tomada de decisões sobre os projetos de desenvolvimento em curso nesse assentamento.

Mesmo assim, as organizações de mulheres no Zumbi têm contribuído com diversas iniciativas comunitárias, que proporcionam a manutenção de vínculos de confiança para realização de projetos coletivos nesse assentamento. No entanto esse processo organizativo sofre constantes (re)fluxos dada a manutenção de uma cultura machista e individualista que orienta as relações de poder nesse assentamento. Assim, as ações desse grupo tendem a conflitar com as políticas em curso nesse território, capturado pela lógica de produção capitalista, que produz formas de opressão e



exploração distintas, que têm impactos diversos na vida delas. Portanto o debate em torno da promoção de uma agenda de gênero e feministas no Zumbi ganha força e se consolida em um processo organizativo fluido e conflituoso, cheio de altos e baixos.

Consideramos que o reconhecimento das mulheres trabalhadoras, como sujeitas, em sua diversidade, implica uma valorização da luta histórica das mulheres indígenas na defesa de seus territórios; da caminhada das mulheres quilombolas contra o colonialismo escravista patriarcal branco; do ativismo político das mulheres trabalhadoras rurais contra o agronegócio e todas as suas formas de violência. São saberes ancestrais amefricanos, cosmopercepções insurgentes, que subvertem estruturas de poder baseados em mecanismos discriminatórios e excludentes.

O estudo aponta para a necessidade de análises teóricas que contribuam com a consolidação dos direitos de cidadania das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, dada a necessidade de superação de vários tipos de desigualdades a que elas estão submetidas, sobretudo quando consideradas as opressões interseccionais de raça, gênero e classe. Enfim, tornam-se relevante abordagens antirracista e feminista para o combate às desigualdades sociais, alicerçadas em estruturas de caráter multidimensionais.

Referências

BOLETIM MST, Rio de Janeiro, n. 28, 2011.

BORDALO, Caroline Araujo. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.disserta%C3%A7%C3%A3o_Caroline_Ara%C3%BAjo_Bordalo.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília, DF: MDA, 2008. (p. 217-240).

BRUGNHARA, Ariane Cristina *et al.* Assentadas Rurais no Território da Cidadania: Capacitação e Perspectivas para o Empoderamento? **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, p. 135–150, 2011.

BRUNO, Regina *et al.* Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma



agrária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e Cidadania:** política de organização produtiva para as mulheres no meio rural. 1. ed. Brasília, DF: MDA, 2011. p. 55-86 .

BRUNO, Regina *et al.* Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres Camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 217-236).

CARTA DAS MULHERES Negras. **Geledes**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

COLETIVO REGINA PINHO. **I Seminário de Mulheres Assentadas NF**. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2014.

COLETIVO REGINA PINHO. **Carta de Reinvidicações**. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2015.

COLETIVO REGINA PINHO. **Carta Política**. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Multiplicando Papéis no Assentamento:** mulheres e agroecologia. Rio de Janeiro: CPT, 2011.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzygL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista, uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, [s. l.], n. 2, v. 94, p. 373 –382, jan./dez. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219/14766>. Acesso em: 9 out. 2022.

ENTREVISTA CONCEDIDA à autora. **Cadernos de Campo**, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

ESTRUTURAR. **Plano de Recuperação de Assentamento (PRA)**. Campos dos Goytacazes: Estruturar, 2006.

FERRANTE, Vera Lucia S. B. *et al.* Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres Camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 195-216).



FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. *In*: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 257-282).

GELEDÉS. Carta das Mulheres Negras 2015. **Portal Geledés**, [s. l.] , 18 nov. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2017**. [s. l.]: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília, DF: Ipea, 2003. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/9_1.pdf. Acesso em : 10 nov. 2022.

LAZARETTI, Vanessa. **Ressignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2021.

LEWIN, Helena *et al.* **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2005.

LOZANO, Marie-Anne S. Pereira Leal Lozano. **Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2017.

MANHÃES, Manuela C.; PEDLOWSKI, Marco Antônio. Gênero e produção agrícola: um estudo sobre a participação feminina no processo de reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes – RJ. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL - ALASUR, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (p. 561-56).

MARTINS, Viviane Ramiro da S. O processo organizativo do Coletivo Regina Pinho no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. *In*: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA: A URGÊNCIA DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA POPULAR FEMINISTA ANTIPATRIARCAL, ANTIRRACISTA, ANTICAPACITISTA E ANTICAPITALISTA, 1., 2021, Belém. **Anais [...]**. Belém: Iepa, 2022. Disponível em: <https://i-encontro-de-educacao-popular-feminista-da-amazonia.webnode.page/> Acesso: 10 nov. 2023. p. 38-42.

MARTINS, Viviane. R. da S. **A experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, RJ**. Monografia (Especialização) – Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento



de Assentamentos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
2015.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; PAULILO, Maria Igenes. Apresentação. *In*:
MEDEIROS, L. S.; NEVES, D. P. (org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo
e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 187-194).

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em
saúde. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Feminismo camponês
e popular**: processos históricos, fundamentos e metodologias para compreender a diversidade e a
luta da mulher camponesa no Brasil. [s. l.], MST, 2019.

NOBREGA-TERRIEN, Silvia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da
questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, v. 15, n. 30, p. 5–16,
2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148/2105>. Acesso em: 10 out.
2022.

PAULILO, Maria Igenes S.; BONI, Valdete. Movimento de mulheres agricultoras e
agroecologia. *In*: PAULILO, Maria I. (org.). **Mulheres rurais**: quatro décadas de
diálogo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. (p. 344-383).

PAULILO, Maria Igenes S. O peso do trabalho leve. Departamento de Ciências Sociais – UFSC.
Revista Ciência Hoje, n. 2, jan./dez. 1987. Disponível em:
https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf Acesso: 9 jan.
2023.

PEREIRA, Maria R. As mulheres negras camponesas entre o vermelho e o lilás. *In*: SIMPÓSIO
INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA
AGRÁRIA, 7., 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: SINGA, 2017.

PASSO, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão
sociosexual e racial do trabalho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, s
et./dez. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/FZZkz3L9K6YwyxW3jwMGRwr/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 4
nov. 2023.

ROSSO, Kelem Ghellerem. Trabalho feminino no campo e na cidade: as contribuições de

Heleieth Saffioti. **Revista Mosaico Social**, [s. l.], ano 3, n. 3, p. 125-135, jan./dez. 2006.
Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-83.pdf>. Acesso
em: 11 out. 2022.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**. Transformando o campo, as florestas e as
pessoas. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRRJ, 2015.



SILVA, Viviane R. da S. **Da medicalização à patrimonialização**: as ações de reconhecimento da medicina popular engendrada por agentes associados à Rede Fitovida. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/TESE-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

Artigo submetido em 08/04/2022, aceito em 30/05/2022 e publicado em 10/06/2022.

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.28, n.01, e7895, Jan./Jun. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v28i01.7895>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).